



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 09 / 08 / 19 99
C	St
	Rubrica

467

Processo : 10935.001326/98-17

Acórdão : 202-11.064

Sessão : 08 de abril de 1999

Recurso : 109.952

Recorrente : PAVIMAR – PAVIMENTADORA MARRECCAS LTDA.

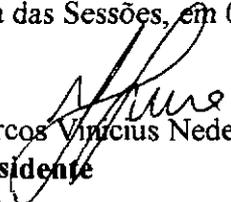
Recorrida : DRJ em Foz do Iguaçu – PR

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – PRAZOS – PEREMPÇÃO –
Recurso apresentado após o decurso do prazo consignado no *caput* do artigo 33
do Decreto nº 70.235/72. **Por preempção, dele não se toma conhecimento.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
PAVIMAR – PAVIMENTADORA MARRECCAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de
Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por preempção.**

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1999


Marcos Vinicius Neder de Lima
Presidente


Tarásio Câmpele Borges
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Carlos Bueno Ribeiro,
Helvio Escovedo Barcellos, Maria Teresa Martínez López, Luiz Roberto Domingo, Ricardo Leite
Rodrigues e Oswaldo Tancredo de Oliveira.

sbp/cf



Processo : 10935.001326/98-17
Acórdão : 202-11.064
Recurso : 109.952
Recorrente : PAVIMAR – PAVIMENTADORA MARRECCAS LTDA.

RELATÓRIO

Trata o presente processo de recurso voluntário motivado pelo inconformismo da interessada ao tomar ciência da decisão, que indeferiu seu Pedido de Compensação de débitos de natureza tributária com alegados direitos creditórios derivados de títulos ao portador, denominados “Apólices da Dívida Pública”.

fls.
rme
33,

Por bem descrever os fatos, leio em Sessão o relatório da Decisão Recorrida de fls. 28/38.

Os fundamentos da decisão, proferida pela autoridade monocrática, estão substanciados na seguinte ementa:

“PEDIDO DE COMPENSAÇÃO – Nos termos do artigo 170 da Lei nº 5.172/66 (CTN), somente são compensáveis os créditos líquidos e certos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública. Apólices da Dívida Pública emitidas no início do século, seja por não preencherem os requisitos de exigibilidade, certeza e liquidez, seja por não encontrarem permissivo na Lei nº 8.383/91, não materializam crédito do sujeito passivo hábil à compensação tributária.

ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE – O julgador da esfera administrativa deve limitar-se à aplicação da legislação vigente, restando, por disposição constitucional, ao Poder Judiciário, a competência para apreciar inconformismos relativos à sua validade ou constitucionalidade.

PEDIDO DE COMPENSAÇÃO INDEFERIDO”.

Inconformada, a interessada interpõe o Recurso Voluntário de fls. 40/55, em 13.10.98, com as razões que leio em Sessão.

É o relatório.



Processo : 10935.001326/98-17
Acórdão : 202-11.064

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR TARÁSIO CAMPELO BORGES

Preliminarmente, entendo que o recurso foi apresentado a destempo.

Intimada da decisão recorrida em 09.09.98 (quarta-feira), conforme AR de fls. 39, a interessada somente interpôs recurso voluntário em 13.10.98 (terça-feira), conforme Protocolo de fls. 40, dois dias após o decurso do prazo consignado no *caput* do artigo 33, combinado com o artigo 5º, ambos do Decreto nº 70.235/72: 09.10.98 (sexta-feira).

São essas as razões pelas quais não conheço do recurso, por perempto.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1999

TARÁSIO CAMPELO BORGES